

Câmara Municipal de Dois Córregos

NUMERO PROTOCOLO: 1924/2025 DATA: 10/10/2025 - HORA: 09:09 Projeto de Lei 114/2025 Autoria: Alceu Antônio Mazziero

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a transferir às entidades declinadas, os recursos que especifica, bem como abrir crédito

adicional suplementar.

Ofício nº 114/2025-P

Dois Córregos, 10 de outubro de 2025.

Senhora Presidente,

Com as homenagens devidas, estamos encaminhando, para a apreciação dessa Egrégia Casa, o projeto de lei que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR ÀS ENTIDADES DECLINADAS, OS RECURSOS QUE ESPECIFICA, BEM COMO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

Como se depreende da leitura do corpo do presente projeto de lei em questão destinado ao repasse de recursos depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) a Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem ações voltadas à proteção, promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em Dois Córregos.

A proposta atende deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que, por meio de sua Presidência. encaminhou solicitação de abertura de crédito para viabilizar o repasse dos valores às instituições, todas regularmente cadastradas e aprovadas pelo órgão.

Os recursos serão aplicados na manutenção fortalecimento de programas e projetos sociais voltados à infância e juventude, conforme determina a legislação vigente e as diretrizes do CMDCA.

Os valores destinados à abertura de crédito adicional suplementar têm como fonte o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a seguir discriminado:



R\$ 214.221,16 (duzentos e quatorze mil, duzentos e vinte e um reais e dezesseis centavos), provenientes de parte do superávit financeiro verificado em 31 de dezembro de 2024, apurado na conta corrente nº 2013020-1 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., Agência 1396-X.

R\$ 178.778,84 (cento e setenta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), provenientes de parte do excesso de arrecadação previsto no exercício financeiro de 2025, na mesma conta e instituição financeira atrás mencionadas.

O valor referente ao excesso de arrecadação resulta da seguinte composição:

R\$ 22.711,91 (vinte e dois mil, setecentos e onze reais e noventa e um centavos), provenientes de rendimentos financeiros;

R\$ 117.703,99 (cento e dezessete mil, setecentos e três reais e noventa e nove centavos), referentes à doação sobre Imposto de Renda no exercício de 2025:

R\$ 36.898,23 (trinta e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos), oriundos da devolução de saldos remanescentes das entidades beneficiadas em exercícios anteriores;

R\$ 1.464,71 (mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), correspondentes a resgate judicial.

Dessa forma, a abertura do crédito adicional suplementar conta com disponibilidade financeira comprovada e amparo legal, garantindo a correta destinação dos recursos públicos e a continuidade das ações de proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes em nosso município.

ple



Com essas ponderações e nada mais havendo para a oportunidade, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência e Nobres Pares, protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente.

ALCEU ANTONIO MAZZIERO

- Prefeito Municipal -

Excelentíssima Senhora ELAINE SCARPIM NAIS MD. Presidente da Câmara Municipal de DOIS CÓRREGOS - SP.



PROJETO DE LEI Nº 114/2025

Autoriza o Poder Executivo a transferir às entidades declinadas, os recursos que especifica, bem como abrir Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS, Estado de São Paulo, na forma do disposto no inciso III do Art. 48 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a importância de R\$ 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais), recursos depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos de deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a cada uma das instituições a seguir declinadas:
- I AREVU ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E EDUCATIVA DAS VILAS UNIDAS, instituição com fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.966.298/0001-27, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2.031, de 13 de abril de 1994, com sede à Avenida Gofredo Schelini, nº 185, Vila Bandeirantes, na cidade de Dois Córregos SP;
- II ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE, instituição de fins não econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 49.114.192/0001-56, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.050, de 22 de agosto de 1978, com sede à rua Orestes Aparecido Péscio "Orestinho", nº 113, bairro Jardim Aparício de Barros Fagundes, na cidade de Dois Córregos SP;

ll



- III SOCIEDADE CIVIL PROJETO CORAGEM DE DOIS CÓRREGOS, instituição de fins não econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 66.490.715/0001-88, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.151, de 13 de junho de 1995, com sede à Avenida Bonsucesso, nº s/n, Jardim Arco Íris, na cidade de Dois Córregos SP;
- IV ADEA ASSOCIAÇÃO DOISCORREGUENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA, instituição com fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.519.692/000-54, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 775, de 22 de setembro de 1971, com sede à Avenida Mariano Lopes, nº 40, nesta cidade de Dois Córregos SP;
- V CASA DO ABRIGO DE DOIS CÓRREGOS, instituição de fins não econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.814.176/0001-09, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.911, de 13 de abril de 2004, com sede à Rua 13 de Maio, nº 30, Centro, na cidade de Dois Córregos SP.

Parágrafo único. As transferências de que tratam o *caput* e incisos se darão por meio de ajustes a serem formalizados com cada uma das instituições beneficiárias, mediante Termo de Fomento e/ou Termo de Colaboração, tudo na forma e nos limites estabelecidos na Lei Federal nº 13.019/2014, decreto municipal regulamentador e normas estatuídas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Art. 2º Fica também, o Poder Executivo, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 393.000,00 (trezentos e noventa e três mil reais), destinado a possibilitar os repasses de recursos de que tratam a presente lei, às entidades elencadas no Art. 1º, incisos de l a V, que atenderá o seguinte item:



| 824300 FONTE 3.3.50.4 | DE RECURSO: 01.510.0000.000 43.00 | Municipal da Criança e do Adolescente | |
|-----------------------------|---|--|----|
| desta le | Art. 3º Os recursos necessários pei correrão à conta dos seguintes: | para cobertura do crédito aberto pelo Art. | 2° |
| | | do superávit financeiro verificado em 31 d a corrente nº 2013020-1 - Fundo Muni S.A, Agência 1396-X; | |
| corrent | oitenta e quatro centavos), com p | enta e oito mil, setecentos e setenta e oi parte do excesso de arrecadação previsto r 013020-1 – Fundo Municipal da Criança e o Brasil S.A., Agência 1396-X | no |
| | caso haja saldo, conforme dispost | ecutivo, autorizado a reabri-lo no exercício o o no artigo 45 da Lei Federal nº 4.320, de o XI do artigo 167 da Constituição Federal. | 17 |
| Plurian Lei. | | Executivo, autorizado a atualizar o Plar rçamentárias – LDO, para adequá-los a es | |
| | Art. 6º Esta Lei entra em vigor na | data de sua publicação. | |
| | | Prefeitura Municipal de Dois Córregos, ad do ano dois mil e vinte e cinco. | os |
| | | | |

ALCEU ANTONIO MAZZIERO

- Prefeito Municipal -

Praça Francisco Simões, s/nº - Fone (14) 3652-9500 - CEP 17300-055 - Dois Corre

Dois Forregos - SP